

CIBEC/INEP



B0026132

ADERNOS DA  
**TV ESCOLA**



**500 ANOS**

UM NOVO MUNDO NA TV

**1**

O DESCOBRIMENTO - BRASIL COLÔNIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

46.9.036

G958q

v.1



ESTE CADERNO COMPLEMENTA A SÉRIE DE VIDEOS DA TV ESCOLA

# 500 ANOS

UM NOVO MUNDO NA TV

O DESCOBRIMENTO - BRASIL COLÔNIA

*Isabel Guillen & Sylvia Couceiro*

1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

N. 1/2001

**Presidente da República**

Fernando Henrique Cardoso

**Ministro da Educação**

Paulo Renato Souza

**Secretário de Educação a Distância**

Pedro Paulo Poppovic

**Secretaria de Educação a Distância**

*Cadernos da TV Escola*

**Diretor de Produção e Divulgação**

José Roberto Neffa Sadek

**Coordenação Geral**

Vera Maria Arantes

**Projeto**

Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj)

**Projeto e Execução Editorial**

Elzira Arantes (texto) e Alex Furini (arte)

**Capa**

Detalhe de ilustração de Roque Gameiro, em *História da colonização portuguesa do Brasil* Porto, Litografia Nacional, 1923.

© 2001 Secretaria de Educação a Distância/MEC

Tiragem: 110 mil exemplares

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou utilizada de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, sem autorização expressa, solicitada via carta ou fax.

**Ministério da Educação**

Secretaria de Educação a Distância

Esplanada dos Ministérios. Bloco L. Sala 100 CEP 70047-900

Caixa Postal 9659 - CEP 70001-970 - Brasília. DF

Fax: (0XX61) 410 9158 - E-mail: [seed@seed.mec.gov.br](mailto:seed@seed.mec.gov.br)

Internet: <http://www.mec.gov.br/seed/tvescola>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

GUILLEN, Isabel

500 Anos Um novo mundo na TV/ Isabel Guillen, Sílvia Couceiro.-/  
Brasília : MEC . Secretária de Educação a Distância. 2001  
80 p. 2v.: il. - (Cadernos da TV Escola 1. ISSN 1518 - 5915)

Conteúdo: v.1. O descobrimento; Brasil-Colônia

.1 História do Brasil 2. Descobrimento 3. Brasil Colônia

I. Título, II. Sílvia Couceiro

CDU 946.9.036

# SUMÁRIO

Apresentação	5
<b>O Descobrimento</b>	
Introdução	9
Dois mundos desconhecidos	11
Caminhos da riqueza	17
Encontro no além-mar	23
<b>Terra cheia de graça</b>	29
<b>A cor do pau-brasil</b>	35
<b>Dores de colônia</b>	41
Bibliografia	47

## **Brasil Colônia**

Gente colonial

51

Cana de mel, preço de fel

61

**Na** companhia dos holandeses

71

Fontes das ilustrações

79

## APRESENTAÇÃO

**A**té há bem pouco tempo, os livros didáticos e a escola, de modo geral, registravam de nossa história apenas os heróis, as datas e os fatos. Sem dúvida, esses aspectos são bem importantes.

Mas existem outras formas de contar a História do Brasil. A tendência moderna mostra que todos os momentos e todas as personagens que mereceram destaque, ao longo do tempo, só ganharam relevo graças ao trabalho e aos conflitos diários das pessoas comuns de sua época.

Os processos sociais e seus atores anônimos são a força que produz os heróis, os fatos e as datas marcantes. Nessa nova perspectiva histórica foi programada a série de vídeos "Brasil 500 anos: um novo mundo na TV".

Em uma bem-humorada versão em ficção, a TV Escola, em íntima colaboração com a Fundação Joaquim Nabuco, apresenta essa série a partir da crônica cotidiana de seus cidadãos, narrando os acontecimentos que representaram marcos históricos importantes: a chegada dos portugueses, no ano de 1500, o período de administração da Colônia, o Império e a República.

*José Roberto Sadek*  
Diretor de Produção e Divulgação

## **O   DESCOBRIMENTO**

## INTRODUÇÃO



Descobrimento, um dos tópicos mais tradicionais do ensino de História, pode adquirir novos significados se o ângulo de observação for deslocado, desvendando matizes até então despercebidos.

No momento em que são comemorados os quinhentos anos do Descobrimento muitos se perguntam: temos razões para comemorar? Comemorar o quê? Estas questões nos levam de imediato a pensar nos marcos periodizadores da História e em suas vinculações políticas. Tais marcos resultam de uma construção, de um processo de atribuição de significação cultural, processo esse que não é isento dos mais diversos interesses.

O descobrimento do Brasil surge como marco periodizador de nossa história a partir do século XIX, quando se encetou o projeto de construção da nação, resultado do movimento intelectual romântico que se preocupava em delinear a identidade nacional, definir o povo brasileiro e sua história.

Historiadores como Varnhagen e Capistrano de Abreu contribuíram para dar uma cientificidade ao ato fundador do Brasil. Pode-se afirmar que se trata de uma 'invenção': esse marco não foi construído por ocasião do acontecimento em si, mas ganhou significado apenas posteriormente.

No primeiro momento, Portugal não se importou com as novas terras descobertas, pois estava mais interessado no comércio com o Oriente; somente na



segunda metade do século XVI iria se preocupar efetivamente com a colonização.

O Descobrimento inicia a história brasileira como marco periodizador do ponto de vista daqueles que se preocupavam com a origem da nação. Dessa primeira constatação podemos desdobrar outras questões.

O Descobrimento é o marco a partir do qual nos inserimos na história da civilização ocidental. Muito tem se discutido a respeito do eurocentrismo desse marco pois, ao estabelecê-lo, é como se deixassem de existir todos os acontecimentos anteriores de sua história. Mas hoje procuramos pensar a história como um processo plural e, portanto, não unificar todas as histórias locais numa história única.

Os descobrimentos iniciaram um processo de 'globalização' que tem sua continuidade até os dias atuais, que foi subordinando as diversas culturas em torno da civilização ocidental. Pela ótica dos europeus, a expansão representou uma grande aventura de 'descobrimientos': científico, geográfico, comercial e cultural. Mas para as sociedades indígenas significou o início de um genocídio que ainda continua. Assim, é preciso sempre refletir acerca da ambigüidade e da diversidade que envolvem os marcos históricos.

Sem empanar o brilho da festa que comemora o Descobrimento, vale a pena estimular as reflexões em torno dos desdobramentos que o envolveram. Trata-se, sem dúvida, de um fato que propicia uma série de interrogações. Podemos abordá-lo não só a partir das significações culturais e historiográficas, mas também abrindo espaço para refletir sobre os sentimentos, anseios, angústias, medos, desejos e interesses que motivavam os sujeitos que viveram naquele momento. Afinal, eram pessoas de carne e osso. Foram elas que fizeram essa história e é sobre sua experiência que devemos nos debruçar.

## DOIS MUNDOS DESCONHECIDOS

**N**o século XV, a Europa assistia a um renascer das atividades comerciais, artísticas e intelectuais, enquanto florescia o comércio com o Oriente. Nos séculos XIV e XV, o crescimento da população provocara uma expansão do consumo, criando a necessidade de intensificar a produção, para abastecer os novos consumidores.

A base do comércio da época eram os produtos originários do Oriente, alguns deles fundamentais - pimenta, cravo, gengibre e noz-moscada eram utilizados, tal como o sal, para a conservação de alimentos, principalmente carne. Também eram importadas outras mercadorias, consideradas de luxo ou exóticas na Europa: perfumes, tecidos, porcelanas e marfim, entre outras. As cidades italianas de Veneza, Gênova e Pisa lideravam e controlavam esse comércio, que lhes propiciava altíssimos ganhos e despertava a cobiça de comerciantes de outras regiões, desejosos de participar igualmente de mercado tão lucrativo.

A tomada de Constantinopla pelos turcos, em 1453, inviabilizou o comércio por via terrestre e estimulou a procura de novas rotas para chegar às Índias - e ao ambicionado comércio das especiarias.

Portugal dispunha de uma posição geográfica privilegiada, que favorecia em muito a interação marítima. Por outro lado, acabava de passar por um processo de centralização política e dispunha de uma burguesia disposta a arriscar seus capitais na descoberta

de novos caminhos que incrementassem o comércio com o Oriente. Esse contexto propiciou o acúmulo de conhecimentos que dariam suporte às navegações.

O infante dom Henrique foi uma figura chave. Comandou a conquista de Ceuta, no norte da África, primeiro passo na expansão ultramarina, e pouco a pouco congregou em torno de si estudiosos, cartógrafos, físicos, astrônomos, pilotos e navegadores empenhados em desvendar os segredos da navegação no mar-oceano, até então conhecido como Tenebroso.

À medida que se acumulava o conhecimento da costa africana (ver quadro abaixo), os portugueses viam se delinear a idéia de que poderiam contornar o continente, para atingir as índias.

Périplo africano

**1415 Tomada de Ceuta.**

**1420 Redescoberta da ilha da Madeira.**

**1432-1454 Descoberta das ilhas do arquipélago dos Açores.**

**1434 Gil Eanes dobra o cabo Bojador.**

**1488 Bartolomeu Dias vence o cabo das Tormentas (Boa Esperança).**

**1498 Vasco da Gama descobre uma rota para as índias.**

Essas expedições partiam geralmente de Lisboa que, graças às navegações e ao comércio cada vez mais intenso, era considerada a capital da Europa. Era uma cidade movimentada, apta a se tornar o pólo dinamizador em torno do qual se desenrolaria a expansão marítima e comercial de Portugal. Grandes obras públicas de modernização do porto (aterragens, construção de cais e armazéns) faziam a vida da cidade girar em torno do Tejo; com isso, toda sua população, que crescia rapidamente, respirava os ares da expansão marítima.

A imagem da grandeza de Lisboa exercia poderosa atração sobre os habitantes de outras regiões do país e também sobre estrangeiros, "que procuravam a cidade talvez na crença de que lhes sobrasse um pouco da riqueza movimentada pela empresa da expansão e conquista" (Miceli, 1994). Não que a vida em Lisboa fosse fácil; tal como na maioria das cidades da época, não havia boas condições sanitárias e era comum a disseminação de epidemias, principalmente a peste, que dizimavam a população.

Portugal, entretanto, não era o único a procurar novas vias. Também a Espanha, ao cabo de seu processo de centralização política, constituía uma monarquia forte, capaz de sustentar um projeto como o de Colombo, que afirmava ser capaz de descobrir uma rota para as índias navegando na direção contrária à que iam os portugueses.

Afirmando que a terra era redonda, Colombo defendia a possibilidade de chegar ao Oriente navegando sempre para oeste. Em 1492, ao regressar da viagem em que descobrira novas terras, julgava ter chegado às índias. Sabemos que se tratava de um novo continente. Esse fato suscitou disputas entre Portugal e Espanha, resolvidas com a mediação da Igreja que, na figura do papa Alexandre II, promoveu a assinatura do tratado de Tordesilhas, em 1494, estabelecendo uma linha imaginária que dividia entre os dois países as novas terras que porventura existissem no vasto oceano.

Apesar da notícia da descoberta de Colombo, os portugueses continuaram a investir na procura de um caminho para as índias contornando o continente africano. Quando Vasco da Gama chegou em Lisboa, em 1499, com os navios abarrotados de especiarias, demonstrando que as índias podiam ser alcançadas por mar, dom Manoel I fez com que se organizasse uma grande expedição para tentar consolidar essa rota de comércio com o Oriente.

As instruções transmitidas por Vasco da Gama para o comandante Pedro Álvares Cabral provavelmente não se referiam apenas à rota a ser percorrida. Gama tinha avistado aves e outros indícios da existência de terras a oeste, e é possível que tenha passado para Cabral essa informação.

## O outro mundo

Ao mesmo tempo que os portugueses se lançavam na aventura dos descobrimentos, viviam do outro lado do mar sociedades indígenas de grande diversidade cultural - realidade pouco explorada nos livros didáticos, mas cujo conhecimento é fundamental para a construção de uma história plural.

Manuela Carneiro da Cunha (1998) afirma que "são os descobridores que inauguram e conferem aos gentios uma entrada - mas uma entrada de serviço - no grande curso da História". E observa que tratar de uma história indígena é tratar também das várias identidades dos grupos indígenas, e não dissolvê-los num grande magma cultural chamado 'índio'. A história que emerge dessa diversidade é mais complexa e rica, e mais real. Esse é o desafio que estamos tentando enfrentar: não entrar na história indígena pela porta de serviço.

Nos livros didáticos, os índios em geral são apresentados como povos atrasados, que viviam na Pré-história - andavam nus, utilizavam instrumentos rudimentares como arco e flecha, não dominavam tecnologias tidas como mais avançadas, como o trabalho com metais, não possuíam escrita, nem Estado. São tratados como se não tivessem história. Em contraposição, os portugueses são mostrados como povos civilizados, detentores de uma história na qual os índios passam a ser inseridos a partir dos descobrimentos.



América, 1589.

Nas descrições do primeiro encontro sobressaem as idéias de desigualdade e de superioridade do branco. Ao se contrapor a todo momento índios e europeus, utilizando conceitos do tipo civilização, progresso tecnológico e desenvolvimento, aos índios é sempre destinado um lugar inferior na história. No entanto, os tupiniquim, com quem os portugueses primeiro estabeleceram contato, já possuíam uma história própria, marcada pelo processo migratório do interior do continente para o litoral, ao longo do qual expulsaram outros povos e se envolveram em intensas guerras tribais.

Assim, é importante desconstruir a imagem homogênea do índio reproduzida nos livros didáticos, em filmes e em outras mídias, como se a vida dos indígenas, independentemente da tribo a que pertencessem, fosse sempre a mesma, como se alimentação, ornamentos corporais, utensílios, língua, aparência física, lendas e mitos, e toda a organização social, fossem sempre iguais.

Conhecer a vida de um grupo indígena não significa conhecer todos. Isso não quer dizer que apenas seja possível construir um conhecimento etnográfico (análise dos costumes e da cultura de modo geral) de cada grupo. Apesar de todas as dificuldades, principalmente da falta de documentação escrita, é possível pensar em uma história indígena.

**Na análise do que poderíamos denominar 'desencontro entre índios e europeus' vale a pena abrir espaço para que a diferença possa ser pensada enquanto tal, e não apenas como desigualdade.**

### **Sugestão de atividades**

O historiador Paulo Miceli afirmou que "muitos viajantes da *época dos descobrimentos* enfrentaram os mares como alguém que, hoje, entrasse num avião sem a garantia do aeroporto no final da viagem". As viagens dos descobrimentos também já foram comparadas com a conquista espacial.

Organize em sua classe um debate relacionando as viagens dos descobrimentos com as viagens espaciais; estimule os alunos a discutir o imaginário europeu do século XIV (terras paradisíacas, animais marinhos, reinos míticos) e as expectativas contemporâneas em torno das viagens espaciais.

## CAMINHOS DA RIQUEZA

**N**aquele dia 8 de março de 1500, uma imponente armada aportada no Tejo se preparava para zarpar numa grande aventura: percorrer a mesma rota descoberta por Vasco da Gama, para chegar às índias. Composta de treze embarcações, entre naus e caravelas, era a maior expedição já organizada por Portugal para se lançar no mar Tenebroso.

No porto, como era dia de festa, a população de Lisboa assistia com entusiasmo os preparativos finais. É provável que muitos se perguntassem quantos regressariam, se não seriam devorados por monstros, ou se naufragariam simplesmente no oceano assustador.

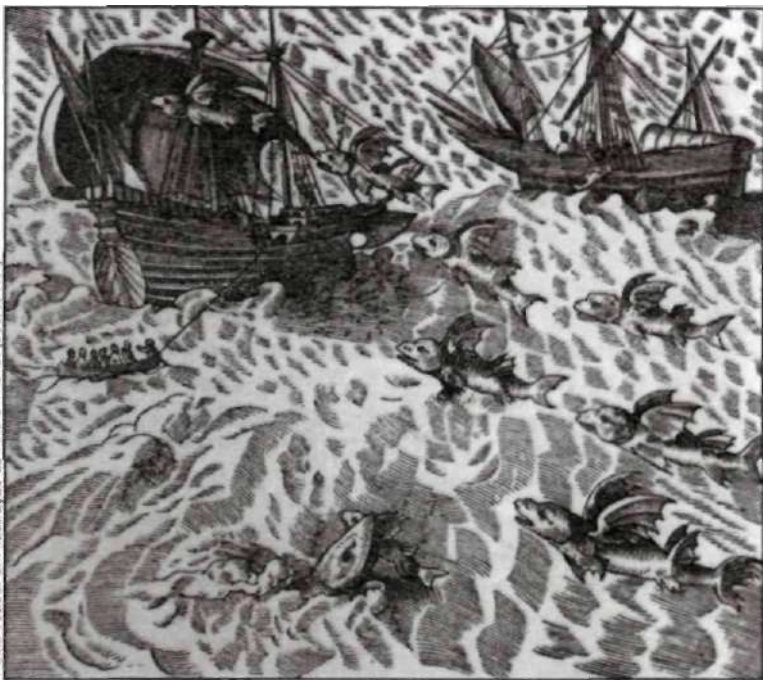
Até o século XIV, os europeus não se aventuravam sem temor pelo oceano Atlântico. Por um lado, a tecnologia naval limitava as viagens à costa mediterrânea; por outro, o receio da presença de terríveis monstros marinhos maiores que as naus se aliava ao temor de que, a determinada altura, o oceano despencasse em uma espécie de abismo sem fim. Poucos confiavam no regresso de uma viagem cercada de tantos perigos.

Apesar dos temores, o imaginário construído em torno das terras desconhecidas impulsionava esses homens em busca de aventuras, e também à procura de reinos mitológicos com cidades cobertas de ouro, ou ao encontro do Paraíso Terrestre. Ao lado disso fatores práticos, como o estabelecimento de novos



pontos de comércio e a busca de riquezas fabulosas, contribuía para que os temores fossem vencidos.

Peixe voador em ilustração de André Thevet (século XVI)



A cautela não era completamente infundada. A navegação pelo oceano Atlântico nada tinha de fácil. Os navegadores enfrentavam correntes marinhas então desconhecidas, além do regime de ventos, que se alternava com regiões de calmaria. Os portugueses demoraram quase um século para acumular conhecimentos que lhes permitissem dominar a navegação pela costa africana.

### A vida em uma caravela

As caravelas não eram usadas apenas nas expedições marítimas, mas também na pesca e nas guerras contra os mouros. Pequenas e ágeis, aproveitavam bem a força dos ventos e tornavam mais fáceis as mano-

bras nas sinuosas costas e enseadas de rios. Eram quase perfeitas para os objetivos pretendidos pelos navegadores.

No interior dessas embarcações se reproduzia a ordem social reinante em terra. Gente de todos os estratos sociais, de nobres a degredados, conviviam numa divisão hierárquica rígida. No caso da expedição comandada por Cabral, especificamente em seu navio, sabemos que estavam embarcados cerca de 190 homens - marinheiros, soldados, degredados e padres, além de funcionários reais, entre os quais Pero Vaz de Caminha.

A expedição de Cabral, que transportava um verdadeiro quartel, estava muito bem aparelhada de armamento e munição. Nesse universo não havia lugar para as mulheres, consideradas indesejáveis e portadoras de mau agouro. Ao todo, 1.500 homens tomaram parte da expedição de Cabral, dos quais apenas quinhentos sobreviveram. Muitos morreram em naufrágios, outros de doenças que se propagavam no interior dos navios. A vida a bordo não era só de aventura, e a alimentação carente provocava doenças que matavam tanto quanto os perigos do mar.

O que se comia era essencialmente uma espécie de bolacha, salgada e dura, conhecida como 'biscoito de marear' e que, segundo relatos da época, estava quase sempre podre e malcheirosa, devido a baratas e ao bolor. A comida - carne salgada, cebola, azeite, vinagre e eventualmente arroz, peixe e queijo - era distribuída uma vez ao mês pelo despenseiro, e precisava ser preparada diariamente no convés do navio, oferecendo risco permanente de incêndio. Quando acabavam os ingredientes, restava aos marinheiros o biscoito de marear. A água para beber e cozinhar, fornecida uma vez ao dia, era sempre malcheirosa e contaminada, ocasionando diarréias e infecções.

Essa dieta era reservada apenas aos mais pobres.

Aos capitães, pilotos e oficiais mais graduados era permitido transportar suas próprias provisões, incluindo animais vivos, para complementar a alimentação.

A cobiça e a corrupção faziam com que os víveres embarcados fossem insuficientes, e muitos homens morriam de fome e sede. Evidencia-se nesse quadro que nas embarcações persistiam relações de força e poder, nas quais os capitães recorriam à violência para manter a disciplina e a rotina de trabalho.

Os mareantes eram acometidos pelas mais diversas enfermidades: febres malignas e diarréias, além do temido e freqüente escorbuto, resultante da carência de vitamina C (provocada pela alimentação deficiente).

Outra grande causa de doenças era a falta de higiene. Tanto a higiene pessoal como a das caravelas eram muito precárias, mas os marujos não relacionavam a falta de higiene com o surgimento de doenças. Conviviam despreocupadamente com lixo e restos de alimentos. Não havia espaço para tomar banho - e tampouco o costume de fazê-lo. O convés, onde se dormia, estava constantemente cheio de lixo, restos de comida, vômito, urina e fezes, contribuindo para a proliferação de baratas e ratos. "Com o passar dos dias, odores fétidos infestavam a embarcação" (Amado & Figueiredo, 1992). Os doentes eram assistidos pelos religiosos, preocupados também em cuidar das pobres almas, ministrando aos moribundos os últimos sacramentos. Os mortos eram lançados ao mar.

Muito tem se enfatizado o fascínio que as grandes viagens de navegação exerciam sobre as pessoas daquela época, e que continuam a exercer sobre nós. No entanto, ao mostrar aspectos da vida cotidiana no navio, é possível evidenciar para os alunos que essa grande aventura não foi vivida sem muitos medos e sofrimentos.

## Sugestão de atividades

Promova entre seus alunos uma discussão em torno da intencionalidade ou não dos descobrimentos. Uma boa idéia consiste em fazer um 'julgamento', no qual as partes vão arrolar argumentos em favor de cada uma das posições. Os principais argumentos podem ser:

### **A favor da descoberta acidental**

- Inexistência de recomendações no Regimento levado pelo capitão-mor para que a esquadra se dirigisse a qualquer região de terra firme a Ocidente.
- Ausência na esquadra de Cabral de padrões - marcos de pedra com símbolos e legendas que serviam para assinalar a presença portuguesa em novas terras descobertas e os direitos de posse assim atribuídos a Portugal.
- O fato de a esquadra de Cabral ser muito grande, diferentemente das pequenas esquadras de descobrimento, que em geral contavam com apenas três ou quatro embarcações.
- Não há referências nos autores da época a respeito de Cabral ter a intenção de visitar terras a oeste.

### **A favor da intencionalidade**

- Vasco da Gama teria avistado sinais de terra a oeste durante sua viagem, e informado Cabral a respeito.
- A expedição teria o propósito de oficializar a descoberta de uma região já conhecida dos navegadores portugueses. Também os espanhóis, como Vicente Pinzón e Diego de Lepe, teriam navegado por costas brasileiras entre janeiro e março de 1500.
- Portugal pretendia confirmar a existência de terras sobre as quais teria seus direitos assegurados pelo tratado de Tordesilhas.
- Cabral não teria renovado seu estoque de água nas ilhas de Cabo Verde, como faziam todas as expedi-

ções, possível indício de um claro propósito de fazer escalas em terras ocidentais, pois de outro modo estaria sem água a bordo antes mesmo de chegar às índias.

Essa atividade tem por objetivo incentivar o debate entre os alunos, e não provar se o descobrimento de Cabral obedeceu a um plano preestabelecido ou foi obra de mero acaso. Não existem argumentos definitivos para pôr fim a essa controvérsia.

Os documentos de época reunidos por Paulo Roberto Pereira em *Os três únicos testemunhos do Descobrimento do Brasil* (1999) oferecem um ótimo apoio a essa discussão.

## ENCONTRO NO ALÉM-MAR

**N**este momento, quando o Descobrimento está sendo comemorado, é impossível deixar de discutir o contato entre europeus e índios ao longo de nossa história e os diversos significados a ele atribuídos. Tem sido recorrente a afirmação de que o acontecimento mais fantástico propiciado pelo Descobrimento foi o "encontro de duas humanidades".

Quando os homens da esquadra de Cabral aportaram em uma das belas praias do litoral, estavam prestes a viver uma experiência inusitada: o encontro com um povo cuja cultura lhes era totalmente desconhecida. Eles não ignoravam a existência de outras culturas, pois já haviam travado contato com a Índia, a China e parte do litoral africano. Mas isto não minimiza o impacto do encontro com os povos da América, pois "na 'descoberta' dos outros continentes e dos outros homens não existe, realmente, este sentimento radical de estranheza", conforme comenta Todorov (1983).

Nesse sentido, têm sido feitas muitas críticas à idéia de 'encontro de humanidades', tal como costuma ser empregada, pois ela pressupõe um encontro amigável e cordial, ou até uma interação, quando na realidade sabemos que a chegada dos europeus à América deu início a um processo de desarticulação cultural e de genocídio dos povos indígenas. Conforme afirma Raminelli (1996):

A tradição européia buscou em um passado remoto argumentos para consolidar essa relação pautada pela desigualdade. Os europeus não eram iguais aos ameríndios: a superioridade dos primeiros respaldava a conquista, a colonização e a catequese. Os nativos desconheciam o cristianismo, menosprezavam o ouro e a idéia de trabalho tal como concebida pelos colonizadores. Portanto, eram considerados seres degenerados, decaídos e necessitados da intervenção européia para tomar os rumos de uma vida melhor, uma vida pautada nos mesmos princípios e valores da cultura ocidental.

A visão do encontro, e até mesmo do Descobrimento, tem uma perspectiva eurocêntrica, partindo do ponto de vista do conquistador. Pressupõe que só os europeus 'descobriram' os índios, quando na verdade houve um encontro e um descobrimento mútuos.

Foi nesse (des)encontro de brancos e índios que se construiu nossa história, na qual predomina a cultura européia; nesse sentido, nossa formação se deu enquanto periferia, na qual índios e negros aparecem como figurantes no teatro da história. Mas isso não significa que essa concepção seja verdadeira, ou que não possamos pensar índios e negros enquanto sujeitos de sua história. Como foram conquistados e dominados, o lugar a eles destinado na história foi o de povos que apenas 'contribuíram' para o nascimento da nação brasileira, como acessórios para a cultura nacional.

Em alguns momentos, principalmente nos livros didáticos, parece que a lista de 'contribuições' desses povos nos exime de discutir com maior profundidade sua história. É importante não só que esse processo seja desmistificado, mas que se mostre aos alunos sua historicidade.

## Representações do índio

A partir do contato foram se construindo diferentes imagens a respeito do papel do indígena na formação do povo brasileiro. Em um primeiro momento, as representações dos índios oscilam entre a idéia do 'bom selvagem' e a do canibal.

A carta de Pero Vaz de Caminha é um precioso relato de como os portugueses se sentiram diante daquela gente, exótica para eles. Está presente na carta a idéia de que os índios eram "de grande inocência", gente "boa e de bela simplicidade", originando a noção de 'bom selvagem', desenvolvida principalmente pelos leitores dos diários de Américo Vespúcio e dos *Ensaio*s de Montaigne. No entanto, à medida que foram se estabelecendo contatos mais estreitos, firmou-se a idéia contrária, de que eram bárbaros e selvagens - calcada principalmente nas práticas de canibalismo.



Índios guarinapes

Muitos livros didáticos mostram um índio ingênuo e puro no relacionamento com os brancos, deixando-



se enganar facilmente. Destacamos, por exemplo, a recorrência com que se apresenta o escambo como se os índios trocassem pau-brasil por bugigangas ou quinquilharias. Tal imagem deve ser desmistificada.

De fato, os indígenas se engajaram no escambo com muita presteza, mas sua motivação era bem definida: buscavam obter objetos como facas e machados, que lhes poupavam trabalho, expandiam sua base de subsistência e ajudavam na defesa contra os perigos da floresta.

Na carta de Pero Vaz de Caminha o fascínio dos índios pelos metais aparece no momento em que os carpinteiros construíam uma cruz, cercados pelos índios - segundo o escrivão, eles não estavam ali para ver a cruz, mas sim para observar as ferramentas de ferro utilizadas para cortar a madeira.

Em alguns mitos indígenas - por exemplo entre os Tupinambá do Maranhão - a diferença entre os homens brancos e os índios surgiu no momento de sua criação, quando lhes foi dado escolher entre uma espada de madeira e outra de ferro; os índios escolheram a espada de madeira, deixando para o branco a de ferro, que achavam mais pesada. Isso explicaria a força dos brancos e evidencia o impacto da tecnologia dos metais. Segundo o historiador Warren Dean (1996), "é difícil imaginar o quanto deve ter sido gratificante seu súbito ingresso na idade do ferro, o quanto isso foi transformador de sua cultura e o quanto foi destrutivo para a floresta".

Na história da relação entre índios e brancos predominam sem dúvida as guerras e o genocídio. Mas em geral não se destaca tanto o convívio estabelecido entre os dois povos, ainda que nem sempre pacífico. Os portugueses dependiam desse convívio para sobreviver em um meio desconhecido, e por isso hostil. Foi na relação com os povos indígenas que eles aprenderam a conhecer o ambiente que os cercava:

distinguir o que caçar e pescar, como cultivar a terra, identificar plantas medicinais etc.

A aclimação do português à nova terra foi facilitada pelos casamentos com as índias, aspecto normalmente tratado pelos livros didáticos de forma estereotipada - como por exemplo ao retratar as figuras históricas de Caramuru e João Ramalho.

É importante ressaltar a ambigüidade que cercou o contato. Por um lado, ele pode ser pensado sob o prisma do conflito; por outro, não se pode perder de vista que se tratou também de um 'casamento'.

### **A miscigenação na cultura brasileira**

Quase sempre os livros didáticos relacionam as contribuições das etnias que formam o povo brasileiro, entre as quais as dos índios, mencionando hábitos como a utilização da rede, alimentos como a mandioca ou a origem de algumas palavras. Na verdade esses aspectos são acessórios, e pensamos que é mais enriquecedor discutir uma história social da miscigenação, mostrando como foi o cotidiano do (des)encontro entre os povos - que, afinal, se casavam, trabalhavam, tinham crenças e festas, ora conviviam pacificamente e ora lutavam entre si.

A mistura racial era vista pelas autoridades portuguesas de uma forma negativa, sendo responsabilizada por desordens e outros problemas. No século XIX, no entanto, a idéia da miscigenação passou a ser vista de forma positiva, atribuindo-se a ela papel de relevância na construção da identidade nacional. Isso se observa, por exemplo, na abordagem dada pelos românticos ao indianismo, como José de Alencar em *O Guarani*.

A partir da segunda metade do século XIX essa perspectiva deixa de existir, pois o desejo de 'embranquecer' o Brasil, com as teorias raciais em

voga, devolve um viés negativo à mistura de raças. Tal idéia veio a ser revertida na década de 1930. As obras *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, atribuíram um novo valor à miscigenação como elemento fundador do povo brasileiro.

**A discussão em torno da questão da miscigenação é muito rica, merecendo ser abordada em seus múltiplos aspectos. O professor não pode se restringir a repassar esquematicamente as contribuições de cada um dos povos para a cultura brasileira.**

Ainda que em nossa formação tenha predominado a cultura européia, buscamos enfatizar que nossa identidade está calcada na **diversidade étnica**. Marcada por conflitos e ambigüidades, a miscigenação não só faz a diferença, mas marca nosso jeito de ser.

### **Sugestão de atividades**

Peça para os alunos trazerem materiais a respeito dos índios (recortes de jornal, reportagens e fotografias de revistas, livros etc). A partir dessas informações, promova um debate acerca da diversidade de culturas, do encontro ou desencontro entre índios e brancos, da miscigenação, das guerras e do genocídio.

Nesses debates, é importante não se limitar à história dos povos indígenas, mas tratar também da situação dos índios na atualidade, e do lugar que as sociedades indígenas ocupam no Brasil atual.

**TERRA CHEIA DE GRAÇA**

ersiste ainda uma imagem de que Cabral teria chegado, descoberto o Brasil e ido embora em seguida. Em geral não se comenta o fato de que os portugueses permaneceram por aqui alguns dias, antes de zarpar para as índias. Essa breve estadia foi objeto de uma narrativa com a mesma qualidade de outros grandes relatos de viagem escritos na época: trata-se da carta de Pero Vaz de Caminha. Tanto no estilo da narrativa quanto nas informações que veicula, esse documento em nada fica a dever aos demais relatos de descobrimentos, como os de Colombo e Vespúcio.

A carta reconstitui passo a passo os acontecimentos dos dez dias em que a esquadra de Cabral esteve aportada. Além de minuciosa, ao descrever tanto a terra quanto a gente, é um precioso documento sobre os sentimentos despertados nos portugueses por aquele contato. É uma pena que não tenhamos registro dos sentimentos dos índios, mas a carta permite pelo menos mostrar aos alunos novas facetas que não costumam ser divulgadas.

A carta de Caminha reflete duas visões recorrentes na época em relação às terras descobertas. A primeira se refere à idéia do 'bom selvagem'. A segunda diz respeito a uma visão edênica do Novo Mundo, ao encantamento que os europeus sentiram diante da natureza tropical. Ela traduz o imaginário europeu acerca das terras desconhecidas, da existência de rei-

nos míticos e até mesmo de um possível paraíso terreno.

Ao longo das décadas seguintes, o encantamento com a terra americana levou à procura, em seu interior, do Eldorado, da fonte da juventude, e de muitos outros lugares fantásticos criados pela imaginação européia da época. Tais fantasias espelham a reação desses homens diante da natureza em geral, da flora e da fauna, de uma realidade inimaginável até então. Nos trópicos, eles se deparam com uma diversidade e uma exuberância que contrastam fortemente com a paisagem européia, despertando imagens de abundância e extravagância, atributos de terras paradisíacas. Isto transparece tanto nos relatos de Colombo e de Vesúcio quanto no texto de Caminha.

### A gente da terra

Segundo a carta, o primeiro grande impacto foi provocado pela visão de homens que andavam pela praia "pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos e suas setas". Foi um contato amistoso, pois ao pedido de Nicolau Coelho para que pousassem os arcos, assim o fizeram. No entanto, não houve entendimento entre eles, apesar de terem estabelecido uma troca, numa possível tentativa de um gesto amigável.

Caminha trata então de descrever esses homens e o que via de diferente neles: as feições, a nudez inocente, os enfeites, a forma de cortar os cabelos e o hábito de furar os lábios. Diante das mulheres observava uma sexualidade e uma relação com o corpo completamente inusitadas para ele, pois elas tinham "suas vergonhas tão altas e tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as nós muito bem olharmos, não se envergonhavam".

Era impossível para aqueles homens, marcados



pela rígida moralidade imposta pelos preceitos da Igreja Católica, deixar de associar a nudez e a aparente inocência dos índios com a existência de um paraíso terreno. A idéia de paraíso é reforçada quando Caminha relaciona a robustez desses homens com o ambiente em que vivem: "porque os seus corpos são tão limpos e tão gordos e tão formosos que não pode ser mais! E isso me faz presumir que [...] o ar em que se criam os faz tais".

Na descrição da terra é ressaltada a abundância de águas limpas e de alimentos ao alcance da mão, pois esses novos homens "não lavram nem criam [...] e nem comem senão desse inhame, de que aqui há muito, e dessas sementes e frutos que a terra e as árvores de si deitam. E com isso andam tais e tão rijos [...] que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos". Ou seja, nesse paraíso não se precisava trabalhar para comer, pois a existência era garantida pela própria natureza.

Percebe-se também o deslumbramento de Caminha com a diversidade animal e vegetal. A todo momento faz referências ao arvoredo que considera "tanto e tamanho e tão basto e de tanta quantidade de folhagem que não se pode calcular", conferindo impressionante formosura àquela terra, que lhe parecia bem grande, pois se estendia a perder de vista.

Embora não encontrassem nada com que comerciar, Caminha tem certeza de que a terra será a Portugal muito proveitosa. "Até agora não podemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muitos bons ares, frescos e temperados [...] Em tal maneira é graciosa, que, querendo aproveitar, dar-se-á nela tudo."

Caminha também comenta o cotidiano dos portugueses naqueles dez dias. Eles logo procuraram descobrir onde podiam encontrar água e lenha para

reabastecer os navios. Foram dias lúdicos, em que dispunham de tempo para folgar, pescar, lavar roupas e, nos encontros com os índios, dançar e brincar. Houve tempo também para escrever para casa e para El-Rei, dando notícias do 'achamento' da nova terra. E puderam ainda cuidar dos deveres religiosos, rezar missa, levantar uma cruz, momentos em que procuravam apresentar aos índios os rituais da fé católica.

Puderam além disso convencer os índios a aceitar a presença de dois degredados enviados a suas aldeias, instruídos "para lá andar com eles e saber de seu viver e maneiras". E foram tão bons esses dias, que dois grumetes fugiram, na véspera da partida, preferindo permanecer naquele 'paraíso'.

As descrições de Caminha não podem ser tomadas ao pé da letra. É preciso levar em conta o pouco tempo que aqui permaneceu, e suas próprias características pessoais, como homem que vivia em um determinado contexto histórico, reproduzindo o imaginário corrente da época.

### **Sugestão de atividades**

Procure levar os alunos a ler e discutir a Carta de Pero Vaz de Caminha em sala de aula, atividade que pode ser lúdica e prazerosa. O texto é de fácil acesso, pois existem várias edições no mercado e também está disponível na Internet, em sites a respeito do descobrimento ([www.fundaj.gov.br/500/caminha2.html](http://www.fundaj.gov.br/500/caminha2.html))

Orientar e comentar a leitura, chamando a atenção para vários detalhes da aventura vivida por aqueles homens, o encantamento com os índios e com a nova terra, o cotidiano da viagem, as necessidades de abastecimento de água, a composição da tripulação, a condição dos degredados etc.



Pode ser feita uma dramatização das situações descritas por Caminha. Outra idéia consiste em pedir para os alunos fazerem redações comentando o que imaginam a respeito das expectativas e das impressões daquelas pessoas.

## A COR DO PAU-BRASIL

**N**os primeiros trinta anos após o Descobrimento, Portugal não se interessou em ocupar a nova terra, investindo todos seus esforços no comércio das especiarias com o Oriente. Mas, ao final desse período, o comércio já deixara de ser tão lucrativo e, ao mesmo tempo, tanto franceses quanto ingleses questionavam os direitos de Portugal sobre o Brasil.

Ao longo daqueles anos, haviam sido enviadas expedições de reconhecimento do litoral e de exploração de possíveis riquezas, como a extração e o comércio de pau-brasil. Ao mesmo tempo, iam se estreitando as relações com os índios, ocorriam os primeiros conflitos e começavam as investidas dos franceses, interessados em se estabelecer aqui.

expedições **exploratórias**

**As primeiras expedições, que tinham por missão fazer o reconhecimento da costa e cuidar de sua defesa, iniciaram a exploração dos produtos da terra, como o pau-brasil, estabelecendo aqui feitorias. As mais conhecidas foram as capitaneadas por Gaspar de Lemos, em 1501, e as duas de Gonçalo Coelho (1501/02 e 1503/04), das quais participou Américo Vespúcio.**

**As expedições chamadas de 'guarda-costas' tinham como finalidade combater o contrabando, defendendo a costa das incursões de franceses e espanhóis. As mais conhecidas foram as de Cristóvão Jacques (1516, 1521, e 1527).**

Muitos navios piratas franceses circulavam pelo litoral e, com a ajuda dos índios, contrabandeavam pau-brasil. Uma dessas naus, a *Pélérine*, capturada pelos portugueses abarrotada de pau-brasil, levava também tudo que os franceses julgavam exótico, capaz de despertar a curiosidade dos europeus e passível de comercialização: peles de animais, papagaios, sagüis, algodão e plantas consideradas medicinais.

A frequência com que os contrabandistas chegavam à costa brasileira preocupou a Coroa portuguesa, que se mobilizou para explorar mais efetivamente as riquezas da nova terra, principalmente o pau-brasil, com a ajuda de capitais particulares.

### A exploração do pau-brasil

A palavra 'brasil', de acordo com o dicionário do Aurélio, tem sua origem no francês *brésil*, que é uma alteração do italiano *verzino*, nome atribuído a madeiras de coloração vermelha, importada do Oriente e empregada para tingir tecidos.

Outra possível origem do nome Brasil deriva de uma ilha imaginária, conhecida como Hy Brazil, que, segundo a lenda divulgada na Europa medieval, teria sido colonizada pelo monge irlandês São Brandão. Essa ilha, que aparece em vários mapas da época em distintas localizações, teria a característica de se deslocar pelo oceano. Segundo essa vertente, a palavra viria do celta, *bress*, origem do verbo inglês *to bless*, que significa 'abençoar'. Brasil, portanto, significaria 'terra abençoada'.

Provavelmente, as primeiras amostras de pau-brasil foram para Portugal já na caravela que levou a notícia da descoberta das novas terras - ou então em uma expedição do ano seguinte. A árvore era conhecida pelos indígenas como *ibirapitanga*, ou *arabutã*.

Não era uma árvore colossal - chegava a cerca de 15 metros de altura -, mas os nativos demoravam em média quatro horas para derrubá-la, com seus machados de pedra. Era encontrada por todo o litoral, do cabo de São Roque a Cabo Frio, mas a maior concentração era na região de Pernambuco.

Nessa época de intenso comércio de especiarias, as plantas das quais se podia extrair tinta tinham grande interesse comercial. Por isso o pau-brasil foi logo declarado **monopólio**, ou **estanco**, da Coroa: sua exploração e sua comercialização eram prerrogativas do rei, que arrendava esse direito a outras pessoas. O primeiro desses arrendatários foi Fernando de Noronha.

A exploração do pau-brasil era feita a partir de **feitorias**, erguidas em locais convenientes ao longo da costa para juntar a madeira a ser transportada para os navios. As primeiras feitorias, em Pernambuco, Cabo Frio e Rio de Janeiro, eram meras paliçadas, que abrigavam um pequeno grupo de portugueses. Nelas a derrubada era negociada com os índios e as toras eram estocadas, à espera de naus que pudessem carregá-las para Portugal. Os europeus engajados na exploração do pau-brasil ficaram conhecidos como 'brasileiros', nome que logo se estendeu a todos os nascidos na nova terra.

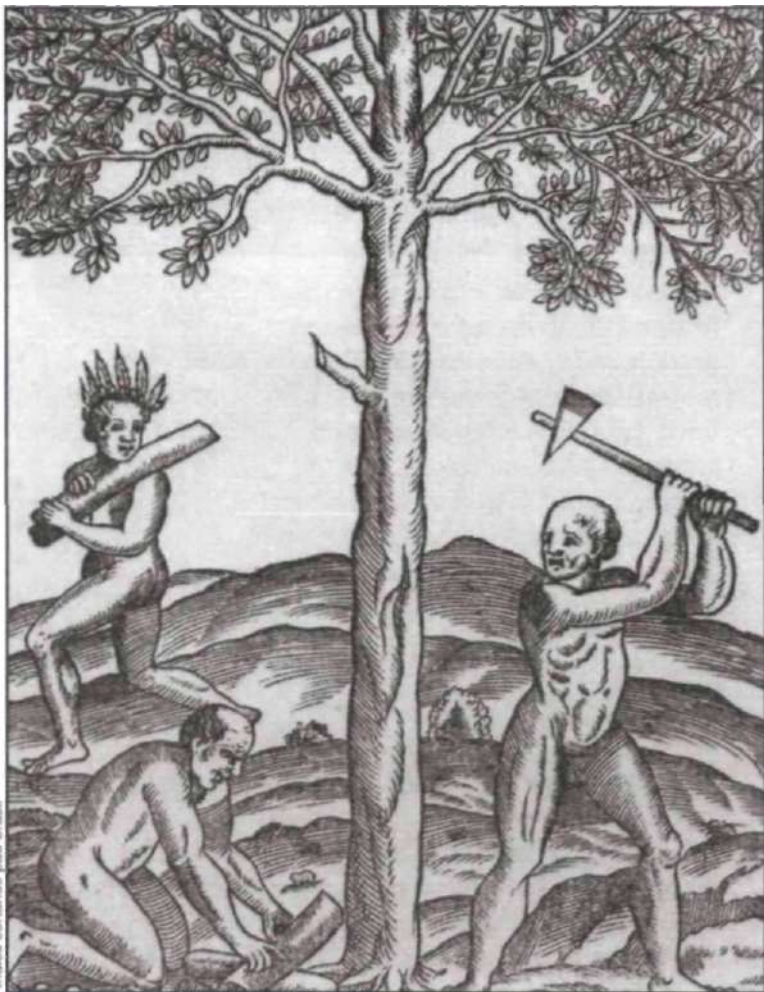


Uma feitoria

A derrubada na mata e o transporte para o litoral eram feitos pelos índios em troca de contas e espelhos, além, evidentemente, de facas e machados de ferro, no sistema conhecido como **escambo**. Nesse início de colonização os índios não eram escravizados.

As naus seguiam para a Europa abarrotadas de madeira. A nau *Bretoa*, que esteve no Brasil em 1511

com a incumbência de "obter a maior carga de pau-brasil de boa qualidade, com a menor despesa possível", transportou mais de 100 toneladas da preciosa madeira. O lucro de Fernando de Noronha e seus sócios foi sem dúvida bem razoável - embora valesse sete vezes menos que um navio carregado de especiarias, o pau-brasil ainda propiciava lucros de até 300 por cento.



Índios cortando pau-brasil

## O início da colonização

Os livros didáticos costumam se referir brevemente aos anos iniciais da colonização, sem levar em conta os homens que dela participaram e o caráter de aventura envolvido em todo o processo. Vale a pena pensar nas motivações desses exploradores, nos desejos e sonhos que os levaram a se embrenhar em uma terra desconhecida em busca de riqueza, de reinos míticos e de uma vida de liberdade - um mundo muito diferente daquele da metrópole.

O declínio dos lucros no comércio das especiarias e a constante presença de franceses e espanhóis no litoral brasileiro, além das notícias de que os espanhóis haviam encontrado ricas jazidas de prata ao conquistar o império inca, serviram de motivação para a Coroa portuguesa empreender a ocupação efetiva do território.

Em 1530, Martim Afonso de Souza chefiou uma expedição que, além de seu caráter militar, tinha também o objetivo de colonizar a nova terra, fundando núcleos de povoamento. O comandante recebeu também instruções no sentido de explorar o rio da Prata, procurando estabelecer rotas de interiorização, em direção a possíveis jazidas de metais preciosos.

Ao chegar ao litoral pernambucano, Martim Afonso apresou três naus francesas. Dali mandou duas caravelas para explorar a região norte, enquanto o resto da armada seguia em direção ao sul, aportando na Bahia, no Rio de Janeiro e em Cananéia (SP). Deste último ponto partiu uma expedição de oitenta homens, comandada por Pero Lobo, com a incumbência de adentrar o sertão e chegar ao império inca - com trágico destino, pois foi destruída por índios bravios. Enquanto isso, o restante da expedição seguia para o sul, em direção

ao Prata. Em 1532, ao regressar do Prata, Martim Afonso fundou o primeiro núcleo de povoamento - que chamou de São Vicente - e fez instalar o primeiro engenho de cana-de-açúcar.

### **Sugestão de atividades**

Procure explorar alguns textos que relatam as aventuras da época. Os livros mais conhecidos são os de Américo Vespúcio, Cabeça de Vaca, Hans Staden e Jean de Léry. Alguns cronistas se deixaram levar um pouco pela fantasia, outros são mais realistas e objetivos. Seja como for, esses missionários, aventureiros e viajantes que aqui moraram, ou estiveram apenas de passagem, constituem uma fonte valiosíssima para o conhecimento desse período. Há fartas descrições de costumes indígenas - alimentação, moradia, tarefas cotidianas, religião e seus rituais. Entre todos os assuntos, o que costuma despertar debates mais animados em classe é o canibalismo.

Vários livros didáticos apresentam trechos desses relatos. Procure selecionar alguns e distribua entre os alunos, organizados em grupos, para que leiam o texto e discutam entre si. Para encerrar, promova uma discussão coletiva, fazendo um apanhado geral a respeito dos primeiros contatos com os povos indígenas.

## DORES DE COLÔNIA



orno a Coroa portuguesa, afinal, enfrentou o dilema que se lhe apresentava: ocupar as terras brasileiras, ou perdê-las para as outras nações? Quais os problemas e as dificuldades encontrados pelos primeiros administradores e habitantes europeus na nova terra? Quais foram as soluções?

Para resolver as questões relativas à administração colonial, a Coroa portuguesa instituiu inicialmente o sistema de Capitânias Hereditárias. Esse sistema, que já havia sido implantado nas ilhas de Açores e Madeira, pretendia atender à demanda de defesa efetiva e de povoamento da terra e oferecia a grande vantagem de transferir para particulares os encargos da colonização, livrando a Coroa das responsabilidades financeiras e organizacionais envolvidas por uma empresa de tal envergadura. Ao mesmo tempo, tal sistema permitia a ocupação de vários pontos do litoral, assinalando o domínio português.

Em retribuição, a Coroa oferecia aos capitães donatários uma série de privilégios e direitos, entre os quais: plenos poderes para legislar e controlar tudo em suas terras, com permissão inclusive para distribuir sesmarias e receber a renda dos produtos da terra.

Embora tenham representado o primeiro passo para o estabelecimento efetivo dos portugueses na colônia, as capitânias hereditárias não conseguiram, em sua maioria, atingir os objetivos propostos. Os capitães se depararam com inúmeros problemas, que de longe sobrepujavam seus privilégios: insuficiência



de capital e de pessoal para levar a cabo a empresa colonizadora, dificuldades de comunicação, transporte e abastecimento, sentiam-se praticamente isolados e abandonados pela Coroa à própria sorte.



Sem dúvida o maior de todos os obstáculos foi a constante animosidade dos indígenas. Em cinco das capitanias, os estabelecimentos foram destruídos por ataques indígenas, e o capitão donatário da Bahia de

Todos os Santos, Francisco Pereira Coutinho, foi morto e devorado pelos Tupinambá, depois de um naufrágio.

Apenas duas capitanias, Pernambuco e São Vicente, conseguiram resultados positivos. Ambas instalaram, com relativo sucesso financeiro, engenhos de cana-de-açúcar, estabelecendo assim a base para a colonização. Mesmo assim, a implantação não se fez sem dificuldades. Duarte Coelho, donatário de Pernambuco, escreveu a El-Rei dando a justa dimensão do que enfrentavam: "Somos obrigados a conquistar por polegadas as terras que Vossa Majestade nos fez mercê por léguas". A reação dos índios à ocupação de suas terras fez com que as guerras fossem constantes e violentas, e só a duras penas os portugueses conseguiram, gradativamente, forçar a retirada dos índios para o interior.

O fracasso da iniciativa particular na empresa desbravadora, aliado às pretensões de outras nações européias, evidenciaram que tal empreendimento só poderia ter sucesso com uma participação mais efetiva da Coroa portuguesa.

Com esse objetivo foi criado o Governo-geral, embora sua implantação não implicasse a extinção imediata das capitanias. O governador-geral recebeu a incumbência de centralizar a administração colonial, reafirmando a soberania e a autoridade da metrópole na colônia. Esse processo não se deu sem choques: o donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, questionou a autoridade do governador-geral e apelou para o rei, no sentido de preservar sua autonomia.

Em 1549, junto com Tomé de Souza, primeiro governador-geral, chegaram à colônia mais de mil pessoas, incluindo vários funcionários administrativos que seriam responsáveis pelo estabelecimento da lei e da ordem. Desembarcaram também os primeiros jesuítas, chefiados por Manoel de Nóbrega, tendo por missão principal a conversão do gentio.

O governador mandou trazer de Cabo Verde as

primeiras cabeças de gado, iniciando uma atividade da maior importância para a manutenção da vida colonial. No ano seguinte chegariam as primeiras mulheres brancas, atendendo à preocupação dos padres e da administração colonial, escandalizados diante das uniões ilegítimas com as índias.

Muitos dos primeiros colonos haviam deixado suas esposas em Portugal e aqui viviam em grande 'licenciosidade' com as mulheres índias. Diante da falta de mulheres brancas, tanto a Igreja quanto as autoridades eram forçadas a aceitar tal situação, sendo usual se admitir que "não há pecado além do equador". Como resultado dessas uniões eram gerados inúmeros filhos mestiços, conhecidos como mazombos.

### **A instalação na colônia**

Inicialmente, Tomé de Souza empreendeu a construção da vila que daria origem à cidade de Salvador, em torno da qual prosperaria posteriormente um bom número de engenhos. Isto só foi possível graças aos ataques aos índios Tupinambá, que haviam matado o antigo donatário da capitania. A 'pacificação' só se deu após a destruição de várias aldeias, inclusive com o enforcamento exemplar de alguns caciques, e após o trabalho de catequese dos jesuítas, que procuravam a todo custo combater o canibalismo e a poligamia.

O abastecimento de alimentos era outra grande dificuldade. O sustento dos primeiros habitantes europeus dependia sobremaneira dos índios; consumiam farinha de mandioca - que apreciavam muito - frutas da região, pescado e mariscos, encontrados com abundância por toda a costa. Gradativamente foram sendo introduzidas novas espécies, como o coco, o arroz e a cana-de-açúcar que, logo nos primeiros anos, já produzia o suficiente para o consumo local. Apesar da afirmativa de que "nesta terra em se plantando tudo dá", os períodos de fome eram uma cons-

tante, assolando periodicamente as vilas coloniais.

O governo de **Duarte da Costa** (1553-1558), sucessor de Tomé de Souza, foi marcado por problemas do mesmo tipo, exacerbados pelas disputas com os jesuítas, que condenavam a escravização indiscriminada dos índios.

**Mem** de Sá, o terceiro governador-geral, chegou ao Brasil em 1558 e encontrou a colônia à beira de uma guerra civil. As lutas entre índios e brancos eram agravadas pela invasão dos franceses, que em 1555 haviam construído uma fortificação na região da baía da Guanabara, com o objetivo de estabelecer a colônia a que deram nome de França Antártica.

Desde sua chegada, Mem de Sá procurou implantar a lei e a ordem, tomando medidas rigorosas que incluíram o extermínio de centenas de milhares de índios e o combate aos franceses onde quer que tentassem se estabelecer. Conseguiu expulsá-los definitivamente em 1560. Promulgou também leis severas para regulamentar a vida dos colonos, coibindo o jogo, a vadiagem e a embriaguez. Instalou muitos engenhos e incentivou o tráfico de escravos negros. Ao final de seu governo, consolidava-se o domínio português no Brasil.

### Sugestão de atividades

Após discutir com os alunos os primeiros anos da colonização, peça para redigirem um texto a respeito das dificuldades encontradas pelos portugueses para defender, administrar e explorar a nova terra. Destaque a importância do contato com a cultura indígena para a própria sobrevivência do europeu, valorizado inclusive pelos casamentos entre portugueses e índias. Afinal, foi com os índios que eles aprenderam o que comer, como construir suas casas e como identificar plantas medicinais nas matas, construindo assim um novo modo de vida.

**BIBLIOGRAFIA**

- ABREU, João Capistrano de. *O Descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro/Brasília, Civilização Brasileira/INL, 1976.
- AMADO, Janaína & FIGUEIREDO, Luiz Carlos. *No tempo das caravelas*. São Paulo, Contexto, 1992.
- BUENO, Eduardo. *A viagem do Descobrimento. A verdadeira história da expedição de Cabral*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1998.
- . *Náufragos, traficantes e degredados. As primeiras expedições ao Brasil*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1998.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história da devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- DIAS, Manuel Nunes. "Expansão européia e descobrimento do Brasil", in Carlos Guilherme Mota (org.) *Brasil em perspectiva*. São Paulo, Difel, 1976.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) *História geral da civilização brasileira*. Vol. 1: "A época colonial. Do descobrimento à expansão territorial". São Paulo, Difel, 1976.
- . *Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo, Companhia Nacional, 1969.

- MICELI, Paulo. *O ponto onde estamos. Viagens e viajantes na história da expansão e da conquista. (Portugal, séculos XV-XVI)*. São Paulo, Página Aberta, 1994.
- PEREIRA, Paulo Roberto. *Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil. "A carta de Pero Vaz de Caminha"*. Rio de Janeiro, Lacerda, 1999.
- RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização. A representação do índio, de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América. A questão do outro*. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

## Filmografia

- Como era gostoso meu francês*, de Nelson Pereira dos Santos, 1970.
- 1492. A conquista do paraíso - Cristóvão Colombo*, de Ridley Scott, 1992.
- Hans Staden*, de Luís Alberto Pereira, 1999.

BRASIL COLÔNIA

## GENTE COLONIAL

**N**ão tem sido uma prática, em nossas salas de aula, discutir as características mais 'humanas' e corriqueiras de homens e mulheres de outros períodos. Estamos nos referindo às formas de sociabilidade que envolvem nascer e morrer, amar e casar-se, ter filhos e constituir família, administrar a vida doméstica, relacionar-se com vizinhos e parentes e assim por diante. Enfim, estamos falando do dia-a-dia em que vive qualquer pessoa, em qualquer época.

Durante muito tempo, apresentou-se uma imagem estereotipada da família colonial, tomando como exemplo a vida dos senhores, senhoras e sinhazinhas dos engenhos, cuja estrutura familiar tinha por modelo a família patriarcal.

O padrão colonial de boa filha, boa esposa e boa mãe imposto à mulher exigia que um homem a guiasse, sob a proteção formal da instituição familiar. Era a única maneira de ser uma pessoa considerada respeitável, à qual estavam destinadas atividades ligadas ao "forno, fogão, agulha" nas palavras de Jurandir Freire Costa (1989).

Uma característica sempre apontada em relação à vida das mulheres no período colonial é o isolamento e a reclusão a que eram submetidas. Afirma-se com bastante recorrência que em apenas três ocasiões lhes era permitido sair do lar: para se batizar, para se casar e para ser enterrada. Viajantes como Froger acha-



vam que as mulheres "são de dar pena, pois jamais vêem ninguém e apenas saem aos domingos, ao raiar do dia, para ir à igreja".

Que significados podemos atribuir a esse isolamento? Para tal conduta confluíam vários fatores, como o casamento por interesses econômicos, normalmente imposto pela família; a inferioridade atribuída à mulher enquanto 'espécie'; sua dependência econômica em relação ao homem, chefe da família; a rigorosa divisão social do trabalho; os longos períodos de gravidez e 'resguardo'; e, enfim, todos os cuidados com a moral feminina.

Em resumo, o isolamento em que as mulheres viviam traduzia, nas palavras de Jurandir Freire Costa (1989):

[...] o papel instrumental que as mulheres desempenhavam na reprodução do regime econômico. Agentes passivos na multiplicação das riquezas do marido, elas perpetuavam a máquina de opressão ao mesmo tempo que a ela se submetiam.

Esse isolamento originou a imagem da mulher reclusa no interior de sua casa, em ócio permanente, deitada na rede e recebendo cafuné das escravas. No entanto, na intimidade, eram elas as responsáveis pela organização doméstica e pela subsistência da família, transmitindo e preservando os conhecimentos com os quais se trançavam os fios das rendas e dos bordados, se confeccionavam bolos, doces e compotas. Guardiãs dos segredos das mezinhas, xaropes e outras beberagens, cuidavam da saúde do marido e dos filhos, bem como de um bom número de moradores - avós, primos, afilhados, e muitos outros 'agregados' que faziam parte da família.

O rótulo de 'preguiçosas e indolentes' foi atribuído às mulheres principalmente por viajantes que as

observavam muito mais do ponto de vista de sua própria cultura, sem levar em conta o funcionamento da casa colonial, que se organizava como uma pequena empresa, constituindo ao mesmo tempo uma unidade de produção e de consumo.

### **A diversidade do mundo feminino**

A historiografia mais recente tem feito emergir uma diversidade de perfis de mulheres do mundo colonial, que ocupavam outros espaços e desempenhavam funções distintas. A experiência de escravas e de mulheres livres pobres era bem diferente da vivenciada nas casas-grandes e nos sobrados das vilas coloniais.

As mulheres livres e pobres que não contavam com a proteção formal de um marido - sendo portanto responsáveis pelo próprio sustento e pelo de seus filhos - eram muito malvistas pelas autoridades coloniais, principalmente pelos religiosos, que contra elas levantavam a suspeita de 'vida fácil'.

Desde o início da colonização encontramos mulheres cuidando de pequenos negócios, como taverneiras, ou que "davam de comer em sua casa", costureiras, padeiras, donas de vendas ou mesmo vendedoras de comida pelas ruas. Dispunham de uma liberdade de movimentos impensável para a mulher do sobrado ou da casa-grande, de tal forma que seu comportamento era muitas vezes confundido com prostituição ou desregramento de costumes.

De fato, vivendo em situações de pauperismo, em uma sociedade que lhes oferecia poucas opções de subsistência, chegavam no limite a ser obrigadas a se prostituir. Por outro lado, nas vilas coloniais, se desenvolveu progressivamente a função que ficou conhecida como 'escravos de ganho'. Eram principalmente negras, mandadas às ruas pelos seus senhores para conseguir ganhos extras.

As 'escravas de ganho' inundavam as ruas das vilas vendendo toda sorte de quitutes e quinquilharias, num vaivém constante. Eram obrigadas por seus senhores a entregar ao fim do dia uma determinada quantia, e por isso muitas acabavam se prostituindo para completar o estipulado. Há também notícias de senhores que obrigavam suas escravas a trabalhar como meretrizes. Essa questão nos remete diretamente à imagem da mulher como objeto sexual, construída principalmente em torno da mulher negra e escrava.

É figura recorrente no imaginário brasileiro que os senhores utilizavam suas escravas não apenas nos trabalhos do eito ou nas tarefas domésticas, mas também para a prestação de serviços sexuais. O tripé sobre o qual se apoiavam as relações sexuais na colônia era constituído por sexo pluriétnico, escravidão e concubinato. Não se pode, no entanto, construir unicamente a imagem de que os encontros sexuais desse tipo eram episódicos e se resumiam à busca imediata de prazer. Também se pode pensar que as escravas preferidas dos senhores deveriam ter um certo prestígio, que as fazia sobressair entre os outros cativos da casa.

Embora seja bastante forte a imagem das escravas como instrumento sexual, elas também exerciam as mais diversas funções na sociedade colonial - amamentavam as crianças e delas cuidavam, teciam e bordavam com as senhoras, carregavam água, cozinhavam, tratavam da higiene dos membros da casa e abanavam seus senhores, aliviando-os dos impertinentes insetos e dos rigores do calor. No entanto, não eram vistas como pessoas, pois a relação dos senhores com elas se aproximava de uma completa 'coisificação'. É nesse sentido que transcorria a convivência com os escravos no interior da casa.



Vendedoras de milho

## A sociabilidade colonial



O jantar no Brasil

Quase todos os viajantes afirmam que no interior das casas-grandes e dos sobrados se vivia cotidianamente com uma certa simplicidade; não se mostrava preocupação com o que se vestia, nem tampouco com o mobiliário, simples e despojado. No entanto, por ocasião de eventos públicos, se exibia ostentação e luxo. A vida nas vilas se distinguia por um sem-número de comemorações. Tudo era motivo para festejar. Os viajantes se impressionavam com as excessivas festas, afirmando que essa sociedade se dedicava mais a celebrações que ao trabalho.

A grande maioria das festas do período colonial girava em torno de eventos religiosos: os dias santos eram celebrados com missas e procissões; festejava-se o padroeiro, a semana santa, o traslado das imagens de uma igreja para outra, a chegada de autoridades eclesiásticas e assim por diante. Também havia festas nos aniversários e em outras datas importantes da vida da família real ou, num âmbito mais

restrito, em casamentos e batizados. Até mesmo o início da moagem era motivo para comemorar.

Nas festas, os senhores da terra mostravam todo seu poder e riqueza. Fernão Cardim, jesuíta que em meados de 1580 visitou Pernambuco, observa:

Vestem-se, e as mulheres e filhos de toda sorte de veludos, damascos e outras sedas, e nisto têm grandes excessos. As mulheres são muito senhoras, e não muito devotas, nem freqüentam as missas, pregações, confissões etc, os homens são tão briosos que compram ginetes de 200 e 300 cruzados, e alguns têm três, quatro cavalos de preço. São mui dados a festas. Casando uma moça honrada com um vianês, que são os principais da terra, os parentes e amigos se vestiram uns de veludo carmesim, outros de verde, e outros de damasco e outras sedas de várias cores, e os guiões e selas dos cavalos eram da mesma seda que iam vestidos. Aquele dia correram touros, jogaram canas, pato, argolinha, e vieram dar visita ao colégio para os ver o padre visitador; e por esta festa se pode julgar o que farão nas mais, que são comuns e ordinárias. São sobretudo dados a banquetes, em que de ordinário andam comendo um dia dez ou doze senhores de engenho juntos, e revezando-se desta maneira gastam quanto têm, e de ordinário bebem cada ano 50 mil cruzados de vinhos de Portugal; e alguns anos bebem oitenta cruzados dados em rol. Enfim em Pernambuco se acha mais vaidade que em Lisboa, (in Araújo, 1997)

Nesses dias de festa, a população das vilas assistia grandes espetáculos, ou até participava deles, pois as procissões eram acompanhadas de cortejos magníficos, com carros alegóricos, alas fantasiadas, dançarinos e mascarados, e muita música. Há quem afirme que nessas procissões estaria "o elo mais longínquo dos desfiles carnavalescos".

Nessas ocasiões, a cidade se travestia, apresentando uma movimentação e um colorido que contrasta-

vam fortemente com o cotidiano: bandeirolas, fogos de artifício, luminárias, flores perfumadas cobrindo as ruas e colchas adamascadas adornando as janelas e os balcões das casas.

Conforme testemunha Luís dos Santos Vilhena, nas procissões as mulheres ricas exibiam-se:

[...] com suas mulatas e pretas vestidas com ricas saias de cetim, becas de lemiste finíssimo e camisas de cambraia ou cassa, bordadas de forma tal que vale o valor três ou quatro vezes mais que a peça; e tanto é o ouro que cada uma leva em fivelas, pulseiras, colares ou braceletes e bentinhos que, sem hipérbole, basta para comprar duas ou três negras ou mulatas como a que o leva; e tal conheço eu que nenhuma dúvida se lhe oferece em sair com quinze ou vinte assim oroadas. Para ver as procissões é que saem acompanhadas de uma tal comitiva, (in Araújo, 1997)

Em contrapartida, nas grandes festas, negros, pardos e mulatos manifestavam suas práticas culturais, de origem africana, tais como cocos, lundus e congos, danças que mesclavam tradições africanas e elementos das representações populares luso-espanholas - e que as autoridades consideravam danças indecentes e imorais, além de pecaminosas e fetichistas.

As irmandades que congregavam 'homens de cor' promoviam suas próprias festas, com frequência dedicadas a seus santos protetores, como São Gonçalo; eram celebrações ricas, que seguiam o modelo das festas das irmandades de brancos. La Barbinais, viajante francês do início do século XVIII, assim descreveu a festa de São Gonçalo em Salvador:

[...] fizeram-nos também dançar, quiséssemos ou não, era uma coisa muito singular ver, numa igreja de padres, mulheres, monges, cavalheiros e escravos dançarem e saltarem lado a lado, gritando em altas vozes: - Viva São

Gonçalo do Amarante! Depois pegaram uma pequena imagem do santo que estava sobre o altar e começaram a jogá-la à cabeça uns dos outros, (in Araújo, 1997)

Nesses momentos, a ordem e as normas rígidas que comandavam o comportamento eram até certo ponto subvertidas. As festas não deixam, entretanto, de reproduzir no seu interior as contradições da sociedade e as diferenças sociais e econômicas, preservando-se como território do lúdico, no qual os homens constroem utopias e fantasias. Nas palavras de Mary del Priori (1994): "A alegria da festa ajuda as populações a suportar o trabalho, o perigo e a exploração, mas reafirma, igualmente, laços de solidariedade, ou permite aos indivíduos marcar suas especificidades e diferenças".

### **Sugestão de atividades**

- 1. Condição feminina:** peça para os alunos fazerem uma redação com o tema "Uma mulher de minha família". Oriente-os, mostrando que devem descrever a vida, as atividades diárias e as funções que a mulher desempenha na sociedade. Diga para compararem a vida das mulheres contemporâneas com a das mulheres do período colonial.
- 2. Sociabilidade:** Proponha a organização de um calendário das festas comemoradas em sua cidade. Peça a seguir para os estudantes pesquisarem as origens dessas festas e as transformações pelas quais passaram. Oriente a consulta de livros ou dicionários de folclore, como o de Câmara Cascudo. No final pode ser feito um painel ou uma exposição com as informações coletadas, com fotografias, desenhos, letras de músicas, roupas e outros elementos característicos. Essa atividade pode ser desenvolvida conjuntamente com outras disciplinas.



## Bibliografia

- ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios. Transgressão e transigência na sociedade colonial*. Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/UNB, 1997.
- CARDOSO, Irede. *Os tempos dramáticos da mulher brasileira*. São Paulo, Centro Editorial Latino-Americano, 1981.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 1989.
- PRIORI, Mary del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Unesp/ Contexto, 1997.
- . *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

## CANA DE MEL, PREÇO DE FEL



cultivo da cana-de-açúcar, planta nativa do sudeste asiático (mais precisamente, da região de Bengala, na Índia) foi difundido no Ocidente pelos árabes. A palavra 'açúcar', segundo o dicionário de Aurélio Buarque de Holanda, vem do sânscrito e significa 'grão de areia'.

Até meados do século XIV, o açúcar era valorizado na Europa principalmente por suas propriedades medicinais, sendo empregado na fórmula de diversos xaropes e beberagens. Era mais necessário nas boticas que nas cozinhas, pois até então os povos do Ocidente só conheciam uma substância para adoçar seus alimentos: o mel de abelha.

Artigo raro, de alto valor no mercado - a ponto de figurar no dote de rainhas -, o açúcar só passou a ser produzido em escala comercial a partir do século XVI. Nessa época, o cultivo da cana-de-açúcar se difundiu nas ilhas portuguesas de Madeira, São Tomé e Açores e depois foi trazido para o Brasil, provavelmente pelas primeiras expedições que aqui estiveram.

Martim Afonso de Souza foi responsável pela implantação do primeiro engenho na colônia - na região de São Vicente. Em pouco tempo foram se estabelecendo engenhos em várias regiões, principalmente no Recôncavo baiano e na capitania de Pernambuco. Em 1584 havia aproximadamente 115 engenhos, que exportavam para a Europa algo em torno de 350 mil arrobas de açúcar.

A grande maioria dos livros didáticos trata dos aspectos econômicos do engenho, vinculados ao antigo

sistema colonial. Poucos, no entanto, abordam a complexidade do ambiente sociocultural criado por essa atividade - o funcionamento da casa-grande, a religiosidade, as formas de sociabilidade, a vida cotidiana, a vila colonial e sua relação com os engenhos.

É importante mostrar aos alunos que, por trás das análises econômicas, houve pessoas como nós mesmos vivenciando um cotidiano permeado por dificuldades quase inimagináveis hoje, em relação a abastecimento, comunicação, transporte etc.

### **O dia-a-dia no engenho**

Um breve olhar para o interior das casas mostra como a vida daquelas pessoas era bem diferente da nossa: na cozinha, a brasa do fogão a lenha estava sempre acesa; não faltavam cacimbas, cisternas ou grandes potes para guardar a água; a iluminação era feita com velas de sebo ou candeieiros; havia penicos para recolher os dejetos corporais; e muitos outros detalhes se distinguiam.

O ritmo da vida cotidiana era marcado pelos tempos da natureza: levantava-se com o nascer do sol e dormia-se quando ele se punha. Os raros momentos de convívio social aconteciam normalmente na igreja ou capela, onde as pessoas da comunidade se reuniam aos domingos, nos dias santificados, ou em cerimônias de batismo, casamento, ou funeral. A presença de hóspedes rompia eventualmente o ritmo doméstico - a carência de pousos e estalagens tornava praticamente obrigatória a hospedagem de viajantes.

O engenho colonial era um conjunto formado tipicamente por:

- casa-grande, na qual moravam o senhor e sua família, centro de irradiação de toda atividade econômica e social da propriedade;

- capela, que congregava a vida religiosa e social;
- engenho propriamente dito, descrito por Antonil no início do século XVIII como uma "máquina e fábrica incrível";
- senzala, moradia dos escravos.

É interessante imaginar um pouco como transcorria a vida nesse ambiente. Na casa-grande, o senhor determinava ao feitor as ordens do dia ou verificava suas contas. As senhoras e sinhazinhas dedicavam-se aos bordados e rendas, ao mesmo tempo que comandavam o serviço das escravas; estas se ocupavam das tarefas domésticas e, na cozinha, preparavam a comida trivial e se dedicavam a conservar as frutas, fazendo compotas.



As crianças muito pequenas eram amamentadas pelas amas-de-leite, enquanto as maiores brincavam sob os olhares das amas-secas. As que chegavam à idade escolar aprendiam as primeiras letras e a fazer

contas com o capelão, também responsável pela educação religiosa.

Na senzala se aglomeravam os escravos, que em alguns engenhos chegavam a 150 ou 200 'peças'. Lá o burburinho era grande, em certos momentos do dia: os que haviam trabalhado durante a noite dormiam em suas esteiras, enquanto as crianças corriam ao redor, outros cozinhavam ou cuidavam dos doentes ou acidentados no trabalho. Também lá estavam os escravos que haviam recebido determinados tipos de punição. À noite, quando o trabalho terminava para alguns, e o senhor permitia, era a hora dos batuques e das danças.

O engenho funcionava ininterruptamente, dia e noite, durante oito a nove meses, enquanto durava a safra. Pode-se imaginar o movimento das carretas de boi descarregando cana ou lenha; a moenda girando impulsionada por animais ou por rodas de água; os escravos alimentando as fornalhas fumegantes, às quais Antonil se referiu como "viva imagem dos vulcões [...] do Purgatório ou do Inferno".

Também se pode imaginar a atividade dos escravos, supervisionados pelo mestre de açúcar, nas várias etapas de produção: os caldeireiros mexendo o caldo e retirando a espuma, os purgadores responsáveis pelo branqueamento do açúcar, que posteriormente seria colocado a secar ao sol e encaixotado para comercialização.

Etapas da produção do açúcar

**Moenda: a cana era moída e o caldo recolhido.**

**Casa das fornalhas: o caldo era cozido e apurado, em caldeiras e tachas - era o domínio do mestre de açúcar.**

**Tenda] das formas: o caldo cozido era posto para condensar e esfriar.**

**Casa de purgar: o açúcar era cristalizado e branqueado. Por último, o açúcar era quebrado, secado ao sol e embalado para exportação.**

Afora as atividades ligadas à lavoura da cana e ao refino do açúcar, o funcionamento de um engenho dependia de barqueiros e canoeiros para o transporte fluvial do açúcar; carreiros para guiar os carros de boi, que tanto transportavam lenha como cana; carpinteiros, oleiros e vaqueiros, que cuidavam dos estábulos; e outras pessoas que se ocupavam de atividades subsidiárias.

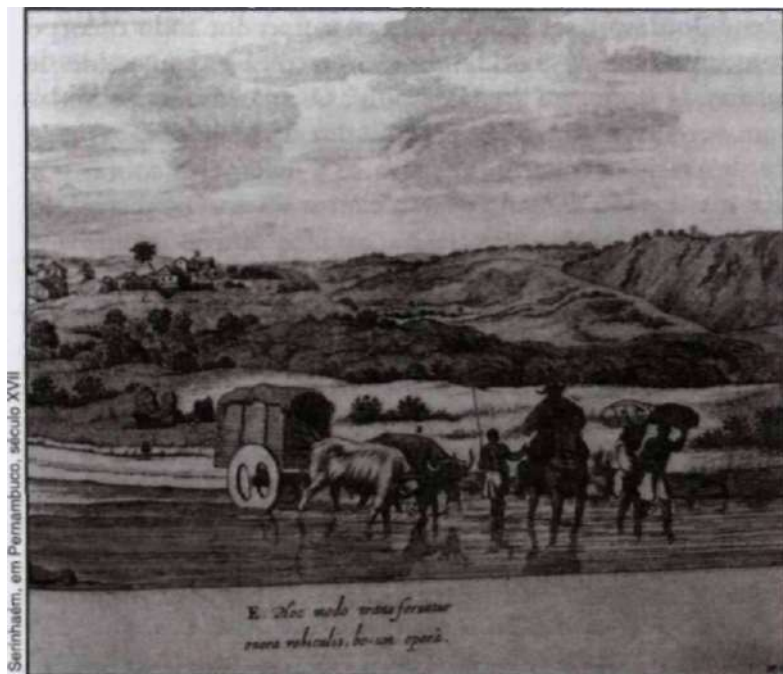
A cana tanto podia ser cultivada no engenho quanto ser fornecida por plantadores de fora. Alguns eram donos de sua terra e levavam a cana para moer no engenho, pagando com uma parcela do açúcar produzido. Outros lavradores, apesar de serem donos da terra, tinham obrigação de entregar toda a cana produzida para ser moída no engenho; ficaram conhecidos como lavradores 'de cana obrigada'. Havia também os arrendatários e meeiros, com diferentes tipos de obrigação para com o senhor, sendo o traço comum a todos a dependência das terras do engenho.

Assim, a grande propriedade, com a concentração de considerável extensão de terra em mãos de uma só pessoa, constituía a base do poder; em torno do senhor de engenho girava uma vasta clientela. Entre os dois extremos - senhor e escravo -, muitos homens desenvolviam graus variados de dependência ao senhor, configurando a base de seu poder patriarcal. Antonil afirma: "O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos".

No entanto, o engenho não era uma unidade auto-suficiente: dependia da aquisição de uma série de mercadorias. Eles eram construídos de preferência próximo ao litoral, ou a rios navegáveis, por onde era possível escoar as safras de açúcar e receber as encomendas. Os barcos traziam a madeira derrubada na floresta para alimentar as fornalhas e transportavam também mercadorias adquiridas nas vilas: tecidos de vários tipos, linha, agulha, papel e tinta para escrever, anzóis e linha para

pescar, pratos e jarros de estanho para uso dos escravos, enxadas e foices para o trabalho na lavoura, copos de vidro e louça para servir aos trabalhadores mais graduados, azeite, vinho, vinagre, sardinha, bacalhau, peixe, toucinho, carne de vaca ou de porco etc.

Os engenhos que não dispunham de rios nas proximidades dependiam fortemente dos carros de boi e das estradas, sempre em péssimas condições.



Sorinha, em Pernambuco, século XVII

## A vila colonial

As vilas surgiram, em sua grande maioria, ao redor de fortes, feitorias, ou mesmo nas proximidades de algum grande engenho. Sempre se construía uma igreja e no largo diante dela se erguia uma grande cruz; perto dela o edifício da Câmara, onde funcionava a administração geral, e a cadeia.

Em geral eram vilas pequenas, com arruados simples, sem calçamento e com um cotidiano de pouco movimento. As pessoas viviam mesmo em sítios, chácaras e engenhos, indo para as vilas apenas em ocasiões especiais. Algumas dessas vilas prosperaram devido à atividade econômica desenvolvida em torno delas, ou porque funcionavam como centros políticos e administrativos, a exemplo de Olinda e Salvador.

Nestas últimas a vida era mais movimentada. O autor de *Diálogos das grandezas do Brasil* (1618) afirma que em Olinda existiam "muitos e bons edifícios e famosos templos", sendo uma vila "assaz grande", onde "habitam inumeráveis mercadores com suas lojas abertas, colmadas de mercadorias de muito preço, de toda sorte, em tanta quantidade que semelha uma Lisboa pequena".

A Companhia de Jesus mantinha uma escola pública, na qual os padres ensinavam a ler e a escrever, além de ministrar educação religiosa. Havia igrejas de diversas ordens: da Companhia de Jesus, dos padres de São Francisco, da ordem Capucha de Santo Antônio, o mosteiro das carmelitas, o mosteiro dos beneditinos etc.

Recife e Salvador eram os principais portos de embarque do açúcar para a metrópole. No de Recife, segundo o mesmo autor, "sempre se acham ancorados, em qualquer tempo do ano, mais de trinta navios, porque lança de si em cada ano, passante de cento e vinte carregados de açúcares, pau do brasil e algodões".

Na maioria das vilas coloniais, as condições de vida eram precárias: doenças e epidemias atingiam com frequência seus habitantes e a falta de gêneros alimentícios provocava períodos de fome generalizada. Referindo-se à cidade de Salvador, o historiador João José Reis (1991) observa que:



[...] as ruas eram estreitas, irregulares, mal calçadas, sujas, com esgotos abertos, dentro dos quais se lançava todo tipo de dejetos. Eram também mal iluminadas, por lampiões de azeite de baleia que freqüentemente apagavam, deixando os habitantes na escuridão das noites sem lua.

Por essas ruas transitavam cotidianamente senhores em direção ao mercado e outros locais públicos em busca das novidades, senhoras que se dirigiam às igrejas, e eram transportadas por escravos nas cadeirinhas de arruar, mascates, negras e negros de ganho que vendiam toda sorte de quitutes e quinquilharias, moleques levando recados, realizando pequenas tarefas corriqueiras, ou mesmo brincando num vaivém constante.

Na área do porto se amontoavam caixas, tonéis de aguardente, barris e fardos de algodão, enquanto os carregadores transportavam açúcar e outras mercadorias, dos navios para os mercados e vice-versa. Nessas vilas também era comum a existência de um mercado de escravos e de um pelourinho, que de símbolo da autonomia político-administrativa se transformou em local de suplício para os negros escravos.

Quase todas as casas seguiam um mesmo padrão de construção. Visando preservar a intimidade de seus habitantes, a vida era toda voltada para o interior. O cotidiano doméstico girava em torno do quintal, mas os visitantes e viajantes ficavam restritos aos cômodos que tinham comunicação com a rua.

Os pobres moravam em casas de um único pavimento, enquanto os ricos em geral faziam questão de construir grandes sobrados. No entanto, a grande maioria da população talvez morasse mesmo em construções acanhadas, improvisadas com materiais locais e cobertas de palha.

Muitos viajantes registraram o luxo e o fausto dos

grandes senhores de engenho, transmitindo uma imagem de certa forma deturpada, sem levar em conta que esses senhores queriam impressionar as visitas, com a ostentação de comidas, iguarias e vinhos finos, servidos em porcelana e prata. Mas a alimentação cotidiana tinha como base a farinha de mandioca, produto mais barato. Também faziam parte do cardápio as rapaduras, o feijão, o toucinho, e eventualmente a carne seca, uma dieta pobre em nutrientes.

Trabalhar com os elementos da vida cotidiana no engenho e na vila colonial torna mais dinâmico e mais vivo o aprendizado de História. Ao aproximar os alunos do cotidiano dos homens do passado é possível chamar a atenção para as diferenças e as semelhanças com a vida do homem atual, desmonumentalizando o ensino da História.

### Sugestão de atividade

Organize com os alunos a encenação de aspectos da vida num engenho, como a relação entre senhor e escravos, ou a vida na senzala em contraste com a da casa-grande, ressaltando as dificuldades do dia-a-dia dessas pessoas, suas pequenas alegrias e conquistas e as soluções encontradas para superar o peso da vida.

### Bibliografia

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil* [1710]. Introdução de Alice Canabrava. São Paulo, Nacional, 1966.

BRANDÃO, Ambrosio Fernandes. *Diálogos das grandes do Brasil* [1618]. Recife, Fundação Joaquim

- Nabuco/Massangana, 19S7.
- CANABRAVA, Alice P. "A grande propriedade rural", in Sérgio Buarque de Holanda, *História geral da Civilização Brasileira*. Tomo I, vol. 2. São Paulo, Difel, 1973.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*, 2 vol. Petrópolis, Vozes, 1996.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *A civilização do açúcar. Séculos XVI a XVIII*. Coleção "Tudo é História". São Paulo, Brasiliense, 1984.
- NOVAES, Fernando Antônio. "O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial", in Carlos Guilherme Mota, *Brasil em perspectiva*. São Paulo, Difel, 1978.
- PINHO, Wanderley, *História de um engenho do Recôncavo*. São Paulo, Nacional, 1982.
- REIS, João José. *A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

## NA COMPANHIA DOS HOLANDESES

**E**ntre 1580 e 1640, período conhecido como União Ibérica, Portugal esteve sob o domínio da Espanha. Os Países Baixos - constituídos por Holanda, Flandres, Zelândia, Utrecht e algumas cidades como Antuérpia e Bruxelas - haviam se declarado independentes da Espanha em 1579, iniciando um período de hostilidades contra os espanhóis e os territórios controlados por eles.

Desde o século XV, os holandeses comercializavam o açúcar produzido pelos portugueses nas ilhas do Atlântico e emprestavam os capitais necessários para a produção no Brasil; em troca, detinham os direitos sobre a refinação e a distribuição no mercado europeu. Mas essa aliança comercial acabou sendo rompida quando a Espanha, ao assumir o trono português, proibiu o comércio dos holandeses com as colônias lusitanas.

Os holandeses reagiram, intensificando as ações de contrabando e pirataria - principalmente contra os navios espanhóis - e fundando, em 1621, a Companhia das Índias Ocidentais. O objetivo da nova empresa consistia em organizar o comércio e fortalecer os negócios com as colônias espanholas e portuguesas no Novo Mundo. A Companhia detinha direitos de monopólio do comércio, do tráfico e da conquista em todo o Atlântico.

Em 1624, a Companhia organizou um ataque à cidade de Salvador, procurando dominar uma área de

rica produção açucareira que, ao mesmo tempo, era também um centro de decisões políticas. Mas a resistência conseguiu expulsá-los no ano seguinte. Organizaram então um novo ataque em 1630, dessa vez a Olinda e ao porto de Recife (além de não dispor de uma defesa eficiente, a região da capitania de Pernambuco era a principal produtora de açúcar).

A despeito da tenaz resistência, que persistiu durante todo o domínio holandês, os invasores conquistaram progressivamente as capitanias vizinhas. Conseguiram avançar graças ao apoio de Calabar e outros informantes locais, vencendo aos poucos a resistência dos colonos.

Assim, a conquista das principais vilas foi feita com relativa facilidade; mas a ocupação da zona rural e dos engenhos foi extremamente dificultosa. Embora se concentrassem no litoral, chegando a dominar a costa entre Sergipe e Rio Grande do Norte, os holandeses pretendiam adentrar o sertão para se abastecer de gado. Sua preocupação central era a provisão de gêneros alimentícios; em muitos momentos, a resistência brasileira isolou os holandeses em vilas e faixas litorâneas, levando-os a depender exclusivamente do abastecimento direto feito pelos Países Baixos.

A partir de 1645, a resistência dos colonos se fortaleceu e conseguiu pouco a pouco, após muitas e grandes batalhas, expulsar os holandeses definitivamente, em 1654.

### **A vida dos colonos sob domínio holandês**

Durante praticamente duas décadas, os homens e mulheres da colônia entraram em estreito contato com uma cultura muito diversa da ibérica. Junto com o conde Maurício de Nassau, escolhido pela Companhia das Índias em 1637 para administrar seus negó-

cios nas terras conquistadas, aportou em Recife uma verdadeira corte, composta de muitos artistas, sábios e intelectuais de excelente formação renascentista.

A produção artística e científica dos recém-chegados inaugurou um novo olhar sobre a natureza tropical. O grande humanista **Georg Marggraf** realizou um amplo levantamento topográfico da faixa litorânea entre o Rio Grande do Norte e Sergipe e organizou uma excelente coleção de amostras da flora e da fauna do mundo tropical. Além disso, fez observações astronômicas a partir do primeiro observatório do hemisfério sul, construído por Nassau para que o cientista pudesse observar um eclipse solar.

**Guilherme Piso**, médico particular de Nassau, desenvolveu importantes pesquisas em relação às doenças que afligiam a população, identificando ervas e remédios nativos utilizados para combatê-las. Deixou registros a respeito das enfermidades terríveis que atacavam os colonos e da mortandade provocada por epidemias como a varíola e a cólera.

**Frans Post** e **Albert Eckhout**, responsáveis pelas primeiras imagens da paisagem nativa, imprimiram em suas pinturas e estampas toda a riqueza e a exuberância dos animais e das plantas da região, além de retratar diversos tipos humanos da colônia.

Outros artistas, como **Zacharias Wagener**, **Pierre Gondreville** e **Cornelis Golijath**, descreveram a vida nesse período e realizaram trabalhos nas áreas de pintura e cartografia. Isto sem falar nos arquitetos, engenheiros, construtores e outros sábios, que imprimiram um novo modo de vida ao cotidiano da cidade de Recife.

Olinda, incendiada logo nas primeiras lutas de conquista, ficara praticamente arrasada. Em Recife, por sua vez, localizada em uma ilha, os problemas habitacionais eram graves, em consequência do crescimento populacional gerado tanto pela invasão quan-

to pela migração dos moradores de Olinda. Tornou-se necessário construir uma nova cidade, que pudesse abrigar a crescente população e que, ao mesmo tempo imprimisse na região os signos da Nova Holanda.

A ilha de Antônio Vaz, vizinha ao porto do Recife, foi o local escolhido por Nassau para a edificação de uma nova cidade, destinada a ser a sede do governo holandês. Projetada seguindo planos urbanísticos bem determinados, a chamada Cidade Maurícia tinha ruas calçadas, de traçado regular, canais para escoamento das águas e transporte de mercadorias, pontes, diques, praças públicas, residências luxuosas e igrejas para o culto reformado, já que a maioria dos holandeses era calvinista. Enfim, "tudo à moda de Holanda".

Nassau fez construir os palácios de Vrijburg e Boa Vista. O primeiro se destinava a servir de moradia ao príncipe e também de centro administrativo. Possuía vastos e belíssimos jardins, que abrigavam grande variedade de espécies vegetais e animais trazidas de diversas partes do Brasil e da África. Em seu interior eram mantidas valiosas coleções de curiosidades da terra, como utensílios e ornamentos indígenas, rico mobiliário e grandes telas a óleo pintadas pelos artistas de sua comitiva, representando animais e plantas da região. Um batalhão de serviços cuidava para que tudo funcionasse ao gosto do conde. O segundo palácio, mais afastado do centro movimentado da capital, e bem menos suntuoso, era usado como local de repouso e recreio.

A cidade, englobando também Recife, abrigava uma população de aproximadamente 6 mil pessoas, predominantemente holandeses calvinistas. Mas era habitada também por católicos e judeus, mercadores, escravos, senhores de engenho e suas famílias, pequenos comerciantes, soldados, padres e prostitutas. Gonsalves de Mello (1987) afirma que, por sua impor-

tância, foi considerada "a mais notável cidade da costa atlântica das Américas do século XVII".

A tolerância religiosa posta em prática por Nassau não era novidade apenas para os reinóis e colonos: irritava os próprios calvinistas de sua corte. Exceção seja feita aos judeus, alvo de protestos tanto de calvinistas quanto de católicos. Detendo parcela significativa do comércio de açúcar e de escravos, dos empréstimos a juros e da cobrança de impostos, os judeus praticamente monopolizavam quase todos os negócios - e daí advinha a hostilidade contra eles. No Recife, moravam em uma rua conhecida como 'rua dos judeus', na qual havia uma sinagoga.

**Não podemos nos deixar dominar por uma visão dadivosa da administração de Nassau. Os motivos que impulsionaram a conquista holandesa obedeciam a regras distintas das que comandavam o pacto colonial empregado por Portugal e Espanha nas terras americanas.**

A ocupação holandesa visava a dinâmica do capital mercantil, que necessitava de uma estrutura urbana e um modo de vida diferentes daqueles que vinham se desenvolvendo sob o monopólio colonial ibérico. Nesse sentido, os novos senhores não se envolveram diretamente com o setor produtivo, dando prioridade ao comércio, à usura e a outras atividades ligadas à circulação das riquezas. Tal política transformou Recife em um centro de comércio e facilitou a aliança com os senhores de engenho.



Selo do governo do Brasil holandês



A cultura era típica da aristocracia da época, quando se atribuía aos príncipes a função de mecenas das artes e das ciências. O conhecimento acumulado pelos artistas e cientistas também pode ser pensado como um instrumento fundamental para a conquista e a colonização, pois constituíam um saber necessário para o governo das terras conquistadas.

As diferenças entre o estilo de administração ibérico e o holandês foram fundamentais, entre outros fatores, para que se construísse ao longo dos séculos um imaginário sobre o domínio holandês.

### **O imaginário referente ao domínio holandês**

Gilberto Freyre afirmou: "as marcas que a ocupação holandesa no norte deixou no Brasil são das que dificilmente desaparecem não só do corpo como da consciência - e do inconsciente - de um povo" (Mello, 1987).

Embora a maioria das marcas físicas da presença holandesa tenham desaparecido, é ainda recorrente em Pernambuco, diante de ruínas ou prédios antigos, a afirmação de que se trata de obra "do tempo dos flamengos". Também a eles se atribui a herança genética que imprime um vivo azul aos olhos de muitos sertanejos, ou um forte tom dourado aos cabelos.

No século XIX, não houve intelectual que não buscasse pensar nos significados da resistência aos holandeses sobre a construção da nacionalidade brasileira. Segundo essa perspectiva, muitos dos ideais que marcaram o caráter do brasileiro - tolerância religiosa, liberdade de consciência ou espírito de independência - adviriam do contato com os batavos, ou da resistência a eles oposta.

Durante a Restauração, período em que os pernambucanos lutaram contra os holandeses - e os venceram - teria emergido uma certa 'consciência de

nação', mesmo que embrionária. Esse aspecto ainda é perceptível nos livros didáticos quando se aborda, por exemplo, a questão do sentimento nativista que teria guiado André Vidal de Negreiros, Felipe Camarão, Henrique Dias e João Fernandes Vieira. Eles passaram a representar no imaginário a união das raças em prol da defesa do território.

A Restauração teria representado, nas palavras de Evaldo Cabral de Mello (1997):

A experiência fundadora da identidade pernambucana [...]. As guerras holandesas ocuparam o lugar central na ideologia nativista no Nordeste, desde sua gestação na segunda metade do século XVII até meados do século XIX [...] **com o** malogro da Revolução Praieira, encerrando o ciclo de revoluções antiportuguesas.

As repercussões da história dos holandeses no Brasil vão além do episódio em si, e se desenrolam tanto no plano do imaginário social quanto no político.

### **Sugestão de atividade**

As imagens produzidas no período holandês, principalmente por Frans Post, são recorrentes nos livros didáticos para ilustrar a história do Brasil colonial. Invariavelmente aparecem obras de pintores holandeses representando os engenhos, a paisagem natural, as vilas e mesmo os índios. Experimente explorar essas imagens com os alunos, analisando-as e decompondo-as em seus vários aspectos (o que aparece em primeiro plano - pessoas, casas, engenhos; o que aparece em segundo plano, ao fundo, compondo a paisagem, em geral elementos da flora e da fauna tropicais).

Discuta com os alunos, mostrando como nosso olhar para a história colonial é, em grande medida, o olhar da

iconografia holandesa. Com frequência essas imagens representam, em muitos aspectos, o imaginário holandês sobre as terras do novo mundo. Por outro lado, também trazem um bom registro de como era a vida colonial.

## Bibliografia

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1988.
- A *viagem de Caspar Schamalkalden de Amsterdã para Pernambuco no Brasil*. Rio de Janeiro, Index, 1998.
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes (org.). *O Brasil dos viajantes*. São Paulo, Fundação Odebrecht, 1994.
- BOXER, Charles R. *Os holandeses no Brasil (1624-1654)*. São Paulo, Nacional, 1961.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio. O imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.
- . *Olinda restaurada*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1999.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1987.
- . "O domínio holandês na Bahia e no Nordeste", in Sérgio Buarque de Holanda, *História geral da civilização brasileira*. Tomo I, vol. 1. São Paulo, Difel, 1976.
- O *herbário de Georg Marggraf*. Rio de Janeiro/Recife, Fundação Nacional Pro-Memória/Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1986.
- PUNTONI, Pedro. *A guerra dos holandeses*. São Paulo, Ática, 1995.

## FONTES DAS ILUSTRAÇÕES

- 15 Gravura em metal de Theodore Galle (sculpt.) e Jan van der Straet (del.). In Ana Maria de Moraes Belluzzo (org.), *Imaginário do Novo Mundo*, série "Brasil dos viajantes", p. 84. São Paulo, Fundação Odebrecht, 1994.
- 18 Xilogravura de André Thevet. In idem, ibidem, p. 41.
- 25 Jean Baptiste Debret, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* [1834], tradução e notas de Sérgio Milliet. Vol. 1, p. 68. São Paulo, Círculo do Livro, s/d.
- 31 Reprodução a partir de Pedro Calmon, *História do Brasil*, vol. 1, p. 68. São Paulo, José Olympio, 1963.
- 37 Ilustração de Belmonte (1954). In Eduardo Bueno, *Náufragos, traficantes e degredados*, p. 56. Rio de Janeiro, Objetiva, 1998.
- 38 André Thevet, *Les singularités de la France Antarctique* [1558]. Acervo da Biblioteca da Casa de Portugal, São Paulo. Reprodução a partir de *Documentos do Descobrimento - Agenda 2000*, p. 69. Curitiba, Posigraf, 2000.
- 42 Mapa de Luís Teixeira, 1574. Acervo da Biblioteca da Casa de Portugal, São Paulo. Reprodução a partir de *Documentos do Descobrimento - Agenda 2000*, op. cit., p. 145.
- 55 Debret, op. cit., vol. 1, p. 217.
- 56 Idem, ibidem, p. 176.

- 63 Gravura publicada em Arnoldus Montanus, *De Nieuwe en Obekend Weereld*, 1671. Reprodução a partir de Laura de Mello e Souza (org.) *História da vida privada no Brasil*, vol. 1, p. 23. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- 66 Gravura publicada em Gaspar Barléus, *Rerum per Octenium in Brasília*, 1647. Reprodução a partir de Laura de Mello e Souza, op. cit., vol. 1, p. 52.
- 75 Selo publicado em Luís da Câmara Cascudo, *Geografia do Brasil Holandês*. Reprodução a partir de Calmon, op. cit., vol. 2, p. 528.

## CADERNOS JÁ PUBLICADOS

1996

LIVROS ETC...

VIAGENS DE LEITURA

A ESCOLA HOJE

CONVERSA DE PROFESSOR

• LÍNGUA PORTUGUESA

• MATEMÁTICA

• CIÊNCIAS

1998

MATEMÁTICA - 2 VOLUMES

CONVÍVIO ESCOLAR,  
TÉCNICAS DIDÁTICAS E  
EDUCAÇÃO FÍSICA

DIÁRIOS E PROJETOS  
DE TRABALHO

TRAMA DO OLHAR

DEFICIÊNCIA MENTAL E  
DEFICIÊNCIA FÍSICA

HISTÓRIA, GEOGRAFIA,  
CIÊNCIAS E ARTES

1999

PORTUGUÊS - 2 VOLUMES

MÚLTIPLAS INTELIGÊNCIAS NA  
PRÁTICA ESCOLAR

IDADE DO BRASIL - 2 VOLUMES

DIREITOS HUMANOS

ÍNDIOS NO BRASIL - 3 VOLUMES

2001

DEFICIÊNCIA AUDITIVA

DEFICIÊNCIA VISUAL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, Bloco L, sobreloja, sala 100 CEP 70047-900

Caixa Postal 9659 - CEP 70001-970 - Brasília, DF

Fax: (0xx61) 410.9158

e-mail: seed@seed.mec.gov.br

internet: <http://www.mec.gov.br/seed/tvescola>